

Ivo T. Gico Jr.

Ph.D. em Economia (UnB), Doutor em Direito (USP)
Mestre com honra máxima (James Kent Scholar – Columbia University)
Especialista em Processo Civil (IBEP/IBDP)
Professor e Advogado

ANÁLISE
ECONÔMICA
DO PROCESSO
CIVIL

2020 ● Editora Foco
Autor: Ivo Teixeira Gico Junior
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editora: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Revisora: Márcia Lígia Guidin
Projeto gráfico e infografia: Tiago Taborda
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Odílio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

G452a

Gico Junior, Ivo Teixeira

Análise Econômica do Processo Civil / Ivo Teixeira Gico Junior. - Indaiatuba, SP :
Editora Foco, 2020.

272 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5515-100-8

1. Direito. 2. Direito civil. 3. Processo Civil. I. Título.

2020-1409

CDD 347

CDU 347

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito civil 347 2. Direito civil 347

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (julho/2020) – Data de Fechamento (julho/2020)

2020

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Nove de Julho, 1779 – Vila Areal
CEP 13333-070 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

Sumário

Lista de Siglas	VII
Índices	IX
Introdução	XIV
1. Teoria Geral do Processo e Análise Econômica do Direito	2
1.1 A TGP: em busca de uma teoria do comportamento	3
1.2 A AED: uma teoria sobre o comportamento	8
1.2.1 O que é a Análise Econômica do Direito?	10
1.2.2 AED Positiva e Normativa	11
1.3 Pressupostos da AED: preferências, escassez e racionalidade	14
1.4 Sobre a Utilização de Modelos e Reduccionismo	23
2. Direito, Jurisdição e Estado	26
2.1 O Direito como Requisito para a Vida em Sociedade	27
2.2 A Função Social do Processo: o problema principal-agente Estado-juiz	31
2.3 O Custo Social do Processo	37
3. Princípios do Processo Civil	42
3.1 O Princípio da Eficiência	43
3.1.1 O Princípio da Eficiência Processual	47
3.1.2 O Conceito de Eficiência: eficiência produtiva e alocativa	48
3.1.3 Aferição de Eficiência: os critérios de Pareto e Kaldor-Hicks	51
3.1.4 Eficiência Alocativa e Legalidade	57
3.1.5 O Princípio da Eficiência e a Hermenêutica das Escolhas	63
3.2 O Princípio da Legalidade (ou o Direito Fundamental à Legalidade)	69
3.2.1 O Princípio da Legalidade: aspecto material	69

XII	3.2.2	O Princípio da Legalidade: instrumentalidade das formas	74
	3.3	O Princípio do Devido Processo Legal	79
	3.4	O Princípio da Duração Razoável do Processo	81
	3.5	Legalidade, Eficiência e Justiça	90
	4.	Teoria Positiva do Processo: a análise econômica do processo	98
	4.1	Fundamentos do Modelo Juseconômico do Processo	101
	4.1.1	Decisão com e sem Risco (Certeza e Incerteza)	101
	4.1.2	Teoria da Barganha: ou por que existem as trocas?	108
	4.2	Da Lide ao Processo: o modelo juseconômico do litígio	113
	4.2.1	Autocomposição e Análise Custo-Benefício	113
	4.2.2	Judicialização como uma Decisão com Risco	117
	4.2.3	O Direito de Ação e seu Impacto sobre a Autocomposição	121
	4.3.	Contestação ou Acordo: o modelo juseconômico da transação	132
	4.3.1	O Modelo de Otimismo Mútuo	133
	4.3.2	O Modelo de Assimetria de Informação	139
	5.	Tópicos Avançados na Teoria Positiva do Processo	148
	5.1	A Insuficiência do Espaço de Acordo	149
	5.1.1	Excesso de Negociação e o Dilema do Prisioneiro	149
	5.1.2	O Problema dos Custos Irrecuperáveis	156
	5.2	O Duplo Grau de Jurisdição: o modelo juseconômico do ataque à decisão judicial	160
	5.2.1	A Decisão de Recorrer	161
	5.2.2	A Dupla Função do Duplo Grau de Jurisdição	166
	5.2.3	Uniformização de Regra Jurídica	168
	5.2.4	Correção de Erros	172
	5.2.5	Taxa de Reversibilidade e Taxa de Recorribilidade	177
	5.3	O Papel do Advogado: o problema principal-agente cliente-advogado	182
	5.3.1	Condição de Ajuizamento	184
	5.3.2	Condição de Acordo	186
	5.3.3	Nível de Zelo Processual	190
	5.4	Análise Econômica Comportamental do Processo	193

6 . A Natureza Econômica do Direito, dos Tribunais e a Tragédia do Judiciário.....	208	XIII
6.1 Teoria Econômica do Bens e Serviços	210	
6.2 A Natureza Econômica do Direito.....	212	
6.3 A Complementariedade do Direito e dos Tribunais	217	
6.4 A Natureza Econômica dos Tribunais	220	
6.5 A Tragédia do Judiciário.....	223	
6.6 O Problema da Seleção Adversa: a outra face da Tragédia do Judiciário	229	
 Notas Finais.....	 238	
 Bibliografia	 242	